

ÁREA DE ATUAÇÃO: DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

DA NECESSIDADE DE AFIRMAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PERANTE À SOCIEDADE: AÇÕES DE FORMAÇÃO DESEMPENHADAS PELO PROJETO DE EXTENSÃO ASSESCI

Bruna Renata Cabral de Andrade¹ , José Flaviano Soares Cordeiro² , Manuel de Almeida Lima³ , Igor Nunes Duarte⁴ , Robson Antão de Medeiros⁵

O presente trabalho visa apresentar algumas das problemáticas que envolvem a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência. Como a afirmação do grupo dessa parcela da população, a partir do reconhecimento da dignidade que lhe é inerente, acrescenta-lhe à discussão o Princípio Constitucional da igualdade como elemento justificador das leis protetivas. Nesta pretensão, a pesquisa teve como objetivo principal, a divulgação da legislação referente às pessoas com deficiências, não buscando a positivação de normas, mas uma maior divulgação das leis já positivadas, facilitando o acesso à informação e conseqüentemente a efetivação dos direitos. Posto que, não basta tão somente a existência do direito, este deve ser conhecido e compreendido por todos. Para tanto, foi apresentada uma das atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão ASSESCI. A referida atividade consistiu na catalogação e esquematização, pelos extensionistas, da legislação referente às pessoas com deficiência, com vistas a auxiliar no processo de empoderamento do referido grupo social, consubstanciada nas pesquisas bibliográfica e documental. A partir desta ação foi possível perceber diversas questões que transpassam a edificação da autonomia desse grupo. Passando pela necessidade de ações do governo, a sensibilização da população em relação ao tema, além de ações sociais como a desempenhada pelo projeto. Existe um padrão de normalidade fortemente utilitarista que rege a sociedade contemporânea e tudo o que se distancia deste referido modelo, experimenta intensa discriminação. Tal realidade gera um sem número de barreiras que interferem nas relações dos indivíduos na comunidade, bem como na própria existência ou inexistência de leis que versem sobre o grupo social em pauta. Por consequência lógica, interferem também na efetivação dos direitos já garantidos por lei. Constatou-se a abundância da legislação pertinente. Todavia, a abundância de leis consiste em previsão que não tem efetividade plena; devendo, portanto, ser acompanhadas de ações afirmativas e políticas públicas, as quais são instrumentos capazes de concretizar as previsões legislativas. Diante da necessidade de ações que complementem a legislação, somada à certeza de que este não é dever tão somente do Estado, mas também da sociedade, lembrando sobretudo, da obrigação que tem a Universidade de construir um conhecimento que preserve uma real intimidade com a realidade, é que o projeto de extensão Assessoria Jurídica à Pessoas com Deficiência: Um Espaço de Cidadania – ASSESCI, passou a desenvolver uma catalogação e posterior esquematização da legislação pertinente ao grupo das pessoas com deficiência. Não existe muitas fontes que subsidiam a pesquisa e as encontradas não trazem tudo. Ademais, as leis normalmente não são próprias. Em sendo assim, não se

pode fechar os olhos para a exaustão que é inerente à pesquisa e também ao processo de compreensão e delimitação da legislação referida. Ressalta-se, por fim, a relevância das ações informativas e de formação, vez que estas auxiliam no processo de divulgação da temática. Aos poucos, as pessoas se voltam de modo mais humano para essa realidade. Desse modo, vai-se fazendo parte de transformações históricas que se iniciam aos poucos, de modo sutil.

Palavras chave: Pessoas com Deficiência, Acessibilidade, Legislação.

1 Graduanda em Direito pela UFPB, extensionista bolsista do projeto “Assessoria Jurídica a Pessoas com Deficiência: um Espaço de Cidadania”, brunacabral.jg@gmail.com

2 Graduando em Direito pela UFPB, extensionista bolsista do projeto “Assessoria Jurídica a Pessoas com Deficiência: um Espaço de Cidadania”, flaviano_soares@hotmail.com

3 Graduando em Direito pela UFPB, extensionista voluntário do projeto “Assessoria Jurídica a Pessoas com Deficiência: um Espaço de Cidadania”, manuel.almeida.lima@hotmail.com

4 Graduando em Direito pela UFPB, extensionista voluntário do projeto “Assessoria Jurídica a Pessoas com Deficiência: um Espaço de Cidadania”, igor_nunes_duarte@hotmail.com

5 Professor do Departamento de Ciências Jurídicas, do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB, orientador do projeto “Assessoria Jurídica a Pessoas com Deficiência: um Espaço de Cidadania”, robson.antaogmail.com